

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Gustavo Biscaia de Lacerda
(Organizador)



Gustavo Biscaia de Lacerda
(Organizador)

As Políticas Públicas frente a Transformação da Sociedade

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	As políticas públicas frente a transformação da sociedade [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Biscaia de Lacerda. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-528-0 DOI 10.22533/at.ed.280190907 1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Sociedade. I. Lacerda, Gustavo Biscaia de. CDD 320.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“A sociedade em transformação”: à primeira vista, essa frase pode parecer uma redundância, na medida em que, por definição, todas as sociedades estão sempre mudando, seja por meio da sucessão das gerações, seja por meio de inovações (intencionais ou não, grandes ou pequenas), seja por meio de mudanças ambientais. Nesse sentido, há 25 séculos, Aristóteles formalizava a concepção grega de que, em contraposição à orbe celeste – imutável, perfeita e incorruptível –, o mundo sublunar caracteriza-se pela corruptibilidade e pelas constantes mudanças.

Ora, o sentido específico da presente afirmação da “transformação da sociedade” consiste nos fatos de que as sociedades contemporâneas vivem as mudanças conscientemente; de que as mudanças sucedem-se com grande rapidez e de que – e isto é o mais importante para nós – desejamos ativamente as mudanças. É na busca ativa das mudanças sociais que as políticas públicas assumem um caráter especial, na medida em que é graças à ação coordenada do Estado com e sobre a sociedade que se pode implementar, de maneira razoavelmente racional, planejada e sujeita ao permanente escrutínio público, todo um conjunto de medidas que visam a melhorar o bem-estar social, bem como o equilíbrio ambiental.

Nesses termos, o presente livro reúne 31 artigos que abordam de diferentes maneiras seja a organização do Estado com vistas à execução de políticas públicas, sejam aspectos de variadas políticas públicas específicas, sejam problemas relacionados à atuação de agentes jurídicos com vistas à imposição de políticas públicas.

Espelhando a variedade de temas, os autores dessa trintena de artigos têm as mais variadas formações acadêmicas e políticas, que vão desde a Sociologia até a Medicina, desde a Fisioterapia até a Gestão de Políticas Públicas, desde o Serviço Social até o Direito, sem deixar de lado as modalidades de interdisciplinaridade que consistem em ter uma formação inicial em uma área e realizar pesquisas pós-graduadas em outras áreas. Igualmente, a titulação desses pesquisadores é variada, passando por estudantes de graduação e chegando a doutores e a pesquisadores com pesquisas pós-doutorais.

De qualquer maneira, acima dessa variedade temática, disciplinar e profissional – que, em todo caso, apenas realça a qualidade do presente livro –, está o fato de que os autores evidenciam todos o compromisso intelectual e também político com o aperfeiçoamento das instituições públicas que visam ao bem-estar social, em suas mais diversas manifestações. Ler os artigos seguintes é aprender a diversidade de possibilidades de realizar a “transformação social” – e, bem entendido, de realizar essa transformação para melhor.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AUTONOMIA FINANCEIRA CONDICIONADA DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA	
Bruna Lietz	
DOI 10.22533/at.ed.2801909071	
CAPÍTULO 2	13
ATORES, INSTITUIÇÕES E O DESENHO ORIGINAL DO REGIME DE BEM-ESTAR BRASILEIRO	
Oleg Abramov	
DOI 10.22533/at.ed.2801909072	
CAPÍTULO 3	31
O DESAFIO DA LAICIDADE DIANTE DO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NUMA SOCIEDADE MULTICULTURAL E PLURALISTA: PERSPECTIVAS, INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS	
Celso Gabatz	
DOI 10.22533/at.ed.2801909073	
CAPÍTULO 4	43
MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E HERMENÊUTICA DIATÓPICA: DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE GLOBAL EM REDE	
Guilherme Pittaluga Hoffmeister	
Karen Emilia Antoniazzi Wolf	
DOI 10.22533/at.ed.2801909074	
CAPÍTULO 5	55
AS INOVAÇÕES TRAZIDAS ATRAVÉS DO ACORDO TRIPS EM RELAÇÃO ÀS PATENTES DE MEDICAMENTOS E O ÓBICE AO ACESSO A FÁRMACOS	
Daiana Cristina Cardoso Pinheiro Machado	
Tamara Lemos Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2801909075	
CAPÍTULO 6	66
GEIROSC - GRUPO DE ESTUDOS SOBRE IMIGRAÇÕES PARA A REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA : APOIO E ATENDIMENTO AO IMIGRANTE	
Sandra de Avila Farias Bordignon	
Deisemara Turatti Langoski	
DOI 10.22533/at.ed.2801909076	
CAPÍTULO 7	81
A CENTRALIDADE DO TRABALHO E O JOVEM “NEM-NEM”	
Roseli Bregantin Barbosa	
Maria Tarcisa Silva Bega	
DOI 10.22533/at.ed.2801909077	
CAPÍTULO 8	91
A ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XXI E SEUS REFLEXOS SOBRE A SOCIEDADE E OS MEIOS DE PRODUÇÃO: BRASIL, EUA E CUBA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Fábio Augusto de Cristo Batista	
DOI 10.22533/at.ed.2801909078	

CAPÍTULO 9	113
O NOVO CENÁRIO SINDICAL E AS GARANTIAS DE DIREITOS DOS TRABALHADORES	
Nathália Gonçalves Zapparoli	
DOI 10.22533/at.ed.2801909079	
CAPÍTULO 10	126
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2016)	
Talismara Guilherme Molina	
Hélio Alexandre da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090710	
CAPÍTULO 11	138
POLÍTICA PÚBLICA NA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): CONSIDERANDO A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSO DO POSTO DE ATENDIMENTO DA CRESOL DE LAURO MÜLLER (SC)	
Edivaldo Lubavem Pereira	
Eduardo Gonzaga Bett	
Walquiria Guedert Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090711	
CAPÍTULO 12	155
AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL	
Cássius Dunck Dalosto	
João Augusto Dunck Dalosto	
Celso Lucas Fernandes Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.28019090712	
CAPÍTULO 13	167
POLÍTICA HABITACIONAL E O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA NA CIDADE DE TERESINA-PI E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS	
Erick Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090713	
CAPÍTULO 14	179
O PROGRAMA ESCOLA E MUSEU COMO UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CULTURAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SME/RJ)	
Priscila Matos Resinentti	
Cristina Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.28019090714	
CAPÍTULO 15	190
A DESIGUALDADE DE GÊNERO QUE REFLETE NO ENCARCERAMENTO FEMININO BRASILEIRO	
Josiane Pantoja Ferreira	
Maria Helena de Paula Frota	
DOI 10.22533/at.ed.28019090715	
CAPÍTULO 16	200
ATUAÇÃO DAS MULHERES EM CARGO DE LIDERANÇA EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO	
Priscila Terezinha Aparecida Machado	
DOI 10.22533/at.ed.28019090716	

CAPÍTULO 17	220
AZUL OU ROSA NÃO ME DEFINEM: UMA ANÁLISE DO ACESSO A EDUCAÇÃO SEGUNDO A IDENTIDADE DE GÊNERO	
Gabriel Andrades dos Santos João Felipe Lehmen	
DOI 10.22533/at.ed.28019090717	
CAPÍTULO 18	232
O DESRESPEITO À INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS E SUAS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM OUTRAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DE VIOLÊNCIA HUMANA: UM OLHAR SOB O FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA PROTETIVA DOS ANIMAIS	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090718	
CAPÍTULO 19	263
POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS: UMA REFLEXÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090719	
CAPÍTULO 20	287
TRANSFORMAÇÕES NOS HÁBITOS DE CONSUMO DA JUVENTUDE RURAL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS	
Silvana de Matos Bandeira Éder Jardel da Silva Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.28019090729	
CAPÍTULO 21	300
AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS USUÁRIOS DE ALCOOL E DROGAS DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA	
Cibele Araújo da Silva Ramona Marcelle dos Santos Lavouras Vanessa Cristina dos Santos Saraiva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090721	
CAPÍTULO 22	311
HUMANIZAÇÃO NOS PRESÍDIOS: ESTUDO SOBRE GESTÃO SOLIDÁRIA	
João Luiz Mendonça dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.28019090722	
CAPÍTULO 23	322
DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO E PROCESSO ADMINISTRATIVO: UMA PREMISSE DO <i>FREEDOM OF INFORMATION ACT</i> (FOIA) NORTE-AMERICANO	
Andressa Sloniec Gerson De Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.28019090723	

CAPÍTULO 24	335
A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E SUA COMPLEXIDADE: UM ESTUDO DA INCORPORAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS EMPRESAS E DA PERCEPÇÃO TÉCNICA JURÍDICO-AMBIENTAL NO BRASIL	
Marco Antônio Pontes Aires Isabel Christine Silva De Gregori	
DOI 10.22533/at.ed.28019090724	
CAPÍTULO 25	349
EFETIVAÇÃO DO CONHECIMENTO ACERCA DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DO SUS	
Davi Alves Moura Erivalda Maria Ferreira Lopes Francisca Adelanina Paulino da Silva Lisley Medeiros Garcia Rosa Camila Gomes Paiva Sandra Fernandes Pereira de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.28019090725	
CAPÍTULO 26	353
A EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE NOS CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL: UMA ABORDAGEM GARANTISTA	
Alessandra Knoll Luiz Henrique Urquhart Cademartori	
DOI 10.22533/at.ed.28019090726	
CAPÍTULO 27	365
A METÁFORA DA CAÇA ÀS BRUXAS E SUAS REPRESENTAÇÕES: UMA ANÁLISE DA MEDIDA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA EXPOSIÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO	
Bianca Larissa Soares de Jesus Roso Priscila Cardoso Werner	
DOI 10.22533/at.ed.28019090727	
CAPÍTULO 28	380
UMA VISÃO PARTICIPATIVA NA ABORDAGEM DAS DEMANDAS SOCIAIS NOS CURSOS JURÍDICOS COMO CONDIÇÃO ESSENCIAL DE CIDADANIA	
Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra Maria Paula da Rosa Ferreira Thomaz Delgado de David João Antônio de Menezes Perobelli Rafaela Bogado Melchioris Gabriel Dewes Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.28019090728	
CAPÍTULO 29	392
A AUDIÊNCIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E A EXPERIÊNCIA “O MP VAI ÀS RUAS”, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, EM 2010	
Alex Sandro Teixeira da Cruz André Garcia Alves Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.28019090729	

CAPÍTULO 30	403
O MEDIADOR COMO MEIO MATERIALIZADOR DO EXERCÍCIO DE CIDADANIA E DE HUMANIZAÇÃO DO PROCESSO	
Carolina Portella Pellegrini	
Carolina Mota de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.28019090730	
CAPÍTULO 31	418
NOVAS MÍDIAS, DEMOCRACIA E CIDADANIA: O EMBATE MODERNO DAS NOVAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO NO AUXÍLIO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA VS O POSSÍVEL DISTANCIAMENTO DA VIDA PÚBLICA	
Eduardo da Silva Fagundes	
Luiz Henrique Silveira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.28019090731	
SOBRE O ORGANIZADOR	432
ÍNDICE REMISSIVO	433

POLÍTICA PÚBLICA NA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): CONSIDERANDO A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSO DO POSTO DE ATENDIMENTO DA CRESOL DE LAURO MÜLLER (SC)

Edivaldo Lubavem Pereira

Universidade Federal de Santa Catarina
Mestrando em Tecnologias da Informação e
Comunicação
Orleans – SC

Eduardo Gonzaga Bett

Universidade Federal de Santa Catarina
Mestrando em Tecnologias da Informação e
Comunicação
Orleans – SC

Walquiria Guedert Mendes

Universidade do Sul de Santa Catarina
Mestra em Educação
Tubarão – SC

agencia da cresol de Lauro Müller. Tendo como objetivos neste contexto a necessidade em analisar referências bibliografia, quais as principais atividades da agricultura familiar são beneficiadas com esta política públicas disponíveis aos agricultores do Município de Lauro Müller/SC, e também a quantia de recurso distribuídos por atividades. Como resultado da pesquisa demonstra que os agricultores familiares estão acessando ao credito do PRONAF para fomentar atividades agropecuárias em suas propriedades de maneira que aumentem a renda familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar; Políticas públicas; Lauro Müller.

PUBLIC POLICY IN FAMILY FARMING (PRONAF): CONSIDERING THE RESOURCE DISTRIBUTION OF THE CRESOL SERVICE STATION OF LAURO MÜLLER (SC).

ABSTRACT: Family agriculture has a significant social and economic role in the Country, State and Municipality. Thus, it is important to know where the public policy, PRONAF (national family-strengthening program) is employed, to promote sector. This article discusses aspects of the public policy in family agriculture that is pronaf, based on a study of the cresol service station (rural credit cooperative) in

RESUMO: A agricultura familiar exerce expressivo papel social e econômico no País, Estado e Município, desta forma, ressalta-se a importância de conhecer onde é empregado a política pública, PRONAF (programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar) disponíveis para fomentar as unidades familiares do setor. O presente artigo aborda aspectos sobre a política pública na agricultura familiar que é o PRONAF, a partir de um estudo do posto de atendimento da cresol (cooperativa de credito rural solidário) do município de Lauro Müller/SC. O procedimento metodológico adotado neste artigo foi o estudo de caso, com base em informações coletada na referida

the municipality of Lauro Müller/SC. The methodological procedure adopted in this article was the case study, based on information collected at the agency Cresol of Lauro Müller. Having as objectives in this context the need to analyze bibliographical references, the main activities of family agriculture are benefited with this public policy available to the farmers of the Municipality of Lauro Müller/SC, as well as the amount of resource distributed by activities. As a result of the research shows that family farmers are accessing pronaf's credit to foster agricultural activities on their properties in ways that increase family income.

KEYWORDS: Family agriculture; Public policy; Lauro Müller.

1 | INTRODUÇÃO

O surgimento, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) marca, indiscutivelmente, um divisor de águas no processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural brasileiros. Tal assertiva prende-se muito mais ao caráter desta mudança e dos objetivos implicados, do que propriamente no volume de recursos efetivamente disponibilizados para apoiar este setor, haja vista o fato da agricultura patronal concentrar nada menos que 76% do crédito atualmente disponibilizado para financiar a agricultura nacional.

A maioria dos trabalhadores rurais do Brasil são agricultores familiares. Segundo Del Grossi & Marques (2010), sendo responsáveis por 74% da mão de obra nos imóveis rurais, representando também a maioria dos estabelecimentos, com 4.367.902, contra 807.587 da agricultura não familiar.

Desta forma, se observa o papel fundamental da agricultura familiar no Brasil, por produz alimento, gerar renda, emprego e evitar o êxodo rural. Por isso é tão importante a sua valorização e desenvolvimento, sendo assim, os governos federal e estadual criam diversas políticas públicas direcionadas a estes agricultores, para fomentar de forma sustentável as propriedades rurais, promovendo o aumento de sua renda, capacitando e otimizando a mão de obra, melhorando as técnicas de manejo, estimulando a agregação de valor aos produtos, incitando a preservação do meio ambiente, ocasionando em melhorias na sua qualidade de vida, entre outros.

Trazendo benefícios não somente aos agricultores e sim para a população como um todo, melhorando e aumentando a qualidade e oferta de alimento, resultando também no fortalecimento do comércio local e incremento da receita municipal, etc.

A agricultura familiar é a principal fonte de renda para a maioria dos municípios brasileiros. Isso é ainda mais contundente em pequenos municípios, como é o caso de Lauro Müller, o qual concentra suas atividades no meio rural. O município em questão, segundo o Censo Demográfico de 2010, tem 14.367 habitantes e está localizado na mesorregião do sul catarinense.

Todavia, nas grandes redes bancárias, o acesso dos agricultores familiares ao crédito é dificultado pela estrutura organizacional burocrática, fazendo com que os

agricultores tenham dificuldades de obtê-lo devido às garantias exigidas.

As barreiras impostas de acesso ao crédito bancário contribuíram para o surgimento das cooperativas de crédito no país. Essas cooperativas têm por objetivo atender o pequeno produtor que tem dificuldade para financiar sua produção, comprar equipamentos, estruturar a propriedade, etc.

As cooperativas de crédito, desde a sua origem, têm como missão atuar no fortalecimento e no estímulo da interação solidária entre agricultores familiares e suas organizações, por meio do crédito, visando ao desenvolvimento local. O acesso ao crédito é facilitado pela aproximação entre tomadores e poupadores, ou seja, no contato direto, sem intermediação.

Com este intuito, no ano de 2008, foi criado o posto de atendimento da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), no município de Lauro Müller. Desde sua implantação, este posto de atendimento vem ganhando notoriedade e desenvolvendo um trabalho voltado às necessidades de seus cooperados, com a prestação de serviços e a disponibilidade de produtos.

Dessa maneira, o problema que norteia este presente artigo é: verificar de que maneira os objetivos traçados pela políticas públicas (PRONAF), no município de Lauro Müller, estão sendo distribuídos? Para responder a esta questão, o objetivo geral deste trabalho é analisar onde foi aplicado os recursos no município de Lauro Müller.

Como justificativa para elaboração deste artigo, argumenta-se que as atividades agropecuárias têm grande significância para o movimento econômico municipal. Cabe destacar a importância dos seguintes produtos cultivados, em uma escala decrescente de importância econômica: cana de açúcar, fumo, milho e feijão.

Também são representativas a produção de mel, de vinho, de cachaça e, nos últimos anos, começou a surgir área de fruticultura e de reflorestamento comercial, bem como a de turismo rural e ecológico, por conta das inúmeras belezas naturais encontradas no território, como é o exemplo da Serra do Rio do Rastro.

O procedimento metodológico adotado foi o estudo de caso, com fontes secundárias obtidas no referido posto de atendimento, o qual disponibilizou dados sobre o número e o volume de crédito do pronaf movimentado, entre outras informações.

O estudo de caso, para Yin (2001), é uma estratégia de pesquisa empírica que compreende um método abrangente, em abordagens específicas de coletas e de análise de dados. Pode incluir tanto estudo de único caso quanto de múltiplos casos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa. Neste artigo, foram utilizadas fontes secundárias, como relatórios e documentos da CRESOL de Lauro Müller.

A estrutura de estudo consiste em uma construção lógica. De acordo com a qual, a partir de duas proposições chamadas premissas, extrai-se uma terceira, logicamente necessária, chamada de conclusão (BERNI, 2012 p. 48).

O enfoque da pesquisa busca compreender um fato ainda não pesquisado

sobre o grupo de empresas, caracterizando, assim, o qualitativo como caminho a ser percorrido pela pesquisa (CRESWELL, 2010). Ainda segundo o autor, uma pesquisa qualitativa tem o foco de explorar e de compreender um só fenômeno, conceito ou ideia, mesmo que no transcorrer do estudo outras relações sejam necessárias, como também os verbos utilizados na parte introdutória, os quais buscam descrever e entender o fenômeno cooperativo, mais especificamente a cooperativa de crédito.

2 | A AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme Altafin (2007) o termo não é novo, mas seu uso recente adquire novos sentidos. Sendo a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas, que estabelece uma relação com a agricultura camponesa, pois, dentre outras características, a produção é gerenciada considerando prioritariamente a satisfação das necessidades da família, antes mesmo do interesse de obtenção de maior lucratividade. Destaca então, que a agricultura familiar brasileira é originária de cinco “grupos” presentes no Período Colonial e no Império, sendo estes: os índios; os escravos africanos; os mestiços; os brancos não herdeiros; e os imigrantes europeus.

Que apesar de diferentes, estão ligados sob a posição secundária que ocupavam dentro do modelo de desenvolvimento do País desde sua origem, onde apenas as grandes propriedades voltadas à monocultura de exportação recebiam estímulos e garantias dos governantes. Este autor ainda destaca em seu trabalho que alguns estudiosos consideram a agricultura familiar um fenômeno recente, uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas (ALTALFIN, 2007).

Para Navarro (2010), apenas após as ações políticas desencadeadas pela assinatura do Tratado de Assunção, que originou o Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991, ocorreu a difusão da expressão “agricultura familiar” no Brasil. Com a promulgação do tratado, grupos de trabalho criados para discutir sua implementação, formados por diferentes ramos produtivos, não contavam com a participação desta classe, ocasionando descontentamento entre estes. Gerando assim, uma série de pressões, além de uma articulação política que foi construindo uma aliança de organizações, resultando, a partir de 1994, na inclusão de movimentos sindicais representantes da classe nestas discussões, aceitos como participantes legítimos, e suas propostas gradualmente encontraram espaço nos âmbitos governamentais.

Desta forma, podemos observar que até a década de 90 os agricultores familiares eram ignorados, não recebiam qualquer estímulo por meio do governo, que de forma muito equivocada, deixava de lado a classe que representava grande maioria dos agricultores do País, para privilegiar os grandes e médios produtores rurais, que compõem o setor mais capitalizado da agricultura.

Ainda segundo Navarro (2010), até este momento, este grupo de agricultores vinham sendo titulados como minifundiários, pequenos produtores, agricultores de subsistência, agricultores de baixa renda, lavradores, colonos entre outros. Martins (1986) apud por Altafin (2007), lembra ainda, que em muitos estados eles eram conhecidos como roceiros, caipiras, caboclos.

Algumas que nos remetem muitas vezes a pensamentos errôneos em relação a esta classe de agricultores, sendo estas, palavras que podem indicar atraso, rusticidade, preguiça. Palavras ofensivas que muitas vezes embutiam inferioridade ao homem do campo.

Denominações que, após a difusão da expressão “agricultor familiar” foram aos poucos deixadas de lado. Lembrando que atualmente, o agricultor familiar é sim possuidor de excelentes tecnologias de produto e processo, trabalha com sistemas de produção muitas vezes menos nocivos e mais eficientes que os adotados por grandes produtores, realiza suas atividades com excelência, obtém boas produtividades e consegue suprir boa parte do mercado consumidor, ainda, trabalhando e administrando a pequena propriedade em família e priorizando a qualidade de vida (ALTAFIN, 2007).

Schröder (2010), também destaca que as unidades de produção são altamente diversificadas entre si, podendo esta heterogeneidade estar ligada a diversos fatores como, a disponibilidade de recursos, acesso aos mercados e capacidade de geração de renda e acumulação. Variáveis relacionadas às condições de apropriação e de desenvolvimento dos fatores de produção; contexto socioeconômico em que vivem; condições ambientais do seu entorno; ritmo de sua evolução; além da própria dispersão geográfica.

Sendo este, um fato muito observado na região sul do Estado de Santa Catarina, estando muito evidente no Município de Lauro Müller, o qual é foco deste trabalho. Onde, dentre os agricultores familiares, podemos observar infinitas variações, até mesmo de propriedade para propriedade.

O Estado de Santa Catarina, conforme dados obtidos no Censo Agropecuário de 2006, é uma das unidades da federação com maiores percentuais de agricultores familiares do País, representando 87% do total de estabelecimentos, apresentando mais de 168 mil propriedades, porém ocupando apenas 44% de sua área (MATTEI, 2010).

Analisando o Município de Lauro Müller, este possui 565 agricultores familiares, conforme relatório desenvolvido segundo informações também do Censo Agropecuário de 2006 (INCRA; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2015). Mesmo com a importância das atividades agrícolas para o município, tem-se uma política municipal pouco estruturada para valorização da agricultura familiar. Isso acaba contribuindo para a saída de pessoas do campo, optando pelo trabalho na cidade. Nas atividades rurais, assim como em tantas outras áreas, o crédito desempenha uma função fundamental para o desenvolvimento socioeconômico local.

3 | POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

As políticas públicas envolvem um conjunto de ações, programas e atividades desenvolvidas pelo governo, que tem como objetivo garantir determinados direitos a população ou a parte dela, conforme necessidade e finalidade (BELINOVSKI, 2013).

Para Meneguim & Freitas (2013, p.1), as políticas públicas consistem em iniciativas dos governos (federal, estaduais ou municipais) para suprir uma demanda, uma necessidade da sociedade que supostamente se identifica e se elege previamente à ação estatal.

Diante do exposto, observamos a importância das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, que como apresentado anteriormente exerce papel essencial na economia do País.

De acordo com Mattei (2014), após a promulgação da Constituição Federal, ocorreu um processo de democratização, que através de conselhos gestores de políticas setoriais, visou incluir nos processos de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas representantes dos beneficiários destas.

Fato este muito relevante, tendo em vista, que estes representantes tem maior acesso a realidade dos beneficiários, podendo identificar e transmitir as necessidades específicas do setor, tornando possível a implementação de políticas públicas eficientes, que objetivem o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil.

Estando estas políticas amparadas pela Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares. Como indica Mattei (2005), não havia políticas públicas específicas para agricultores familiares anteriormente aos anos 90, mesmo este, sendo o maior segmento da agricultura brasileira, e até então o mais fragilizado em relação à capacitação técnica e inserção nos mercados.

O fato precursor para esta conquista ocorreu em 1994, com a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que, mesmo sem ter gerado significativos resultados, proporcionou, dois anos mais tarde, a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), programa este, que até os dias atuais contribui significativamente com o setor. A partir de então, as políticas públicas passaram a ser diferenciadas por categorias de produtores rurais.

Mattei (2005), destaca que os agricultores familiares disputavam recursos com os grandes proprietários, que, historicamente, foram os principais tomadores do crédito destinado à agricultura. Schröder (2010), reforça esta ideia, salientando que, até então as políticas públicas, principalmente o crédito rural, destinadas para a agricultura tinham um perfil seletivo e concentrador, atingindo uma parcela reduzida de beneficiários.

Realidade comprovada historicamente e muito evidenciada por diversos pesquisadores, sendo os agricultores familiares até então, tratados de forma displicente, tendo o setor, seu potencial econômico não reconhecido.

Porém, posteriormente a criação e instituição do Pronaf este cenário começou a ser modificado, e os agricultores familiares passaram a ter políticas públicas direcionadas exclusivamente a eles, assim:

O universo de beneficiários do Pronaf ficou restrito aos agricultores familiares enquadrados pela DAP por organizações credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como sindicatos de trabalhadores rurais e órgãos de assistência técnica e extensão rural, a partir de critérios como a presença da mão-de-obra familiar e o montante da renda anual (SCHRÖDER, 2010, p. 8).

Conforme o MDA & Secretaria da Agricultura Familiar - SAF (2014), a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as unidades familiares de produção rural.

O Pronaf é considerado então, a primeira política pública destinada exclusivamente aos agricultores familiares, que, desde sua implantação vem sendo ampliado e estruturado, para incorporar a heterogeneidade presente entre os agricultores familiares e trazer mais benefícios as famílias.

Atualmente, o Pronaf é reconhecido como uma das principais políticas de desenvolvimento voltadas ao meio rural no Brasil, impactando positivamente territórios rurais com baixa dinamicidade, sendo operacionalizado em todo o território nacional, consolidando-se como a principal ação concreta de política de apoio à agricultura familiar no Brasil (POLÍTICAS, entre 2008 e 2010).

Mattei (2014) destaca que nas ultimas décadas à promoção do desenvolvimento rural e principalmente da agricultura familiar ganharam espaço nas prioridades do governo federal. Houve a implementação de um conjunto amplo de políticas públicas direcionadas a produção de alimentos através da agricultura familiar, fato este que refletiu na redução da pobreza rural.

Segundo o balanço de governo realizado pelo governo federal entre os anos de 2003 e 2010, em 2003 observou-se:

A necessidade de estruturação das políticas públicas para o segmento da agricultura familiar. [...] Era necessário fazer com que o meio rural brasileiro e a agricultura pudessem oferecer melhores condições de vida para seus habitantes e, ao mesmo tempo, qualificar ainda mais sua contribuição para a implementação de um ciclo sustentável de crescimento e de desenvolvimento do País.

A prioridade foi criar um conjunto de políticas públicas diferenciadas, simultâneas e continuadas de garantia do direito à terra e de democratização da estrutura fundiária, de fortalecimento da agricultura familiar, de segurança alimentar, de promoção da igualdade de gênero, de raça e de etnia, de desenvolvimento territorial e de integração regional, além da educação e da cultura (BRASIL, 2010, p. 80).

Algumas das políticas públicas federais disponíveis atualmente são: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Programa Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); Programa de Garantia de Preços para a

Agricultura Familiar (PGPAF); Seguro da Agricultura Familiar (SEAF); Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater); entre outros.

Voltados ao cenário estadual, como mencionado anteriormente, a agricultura familiar corresponde a aproximadamente 90% dos estabelecimentos rurais de Santa Catarina. A Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1992, que dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento rural, é fundamentada, tendo como um de seus pressupostos o reconhecimento da importância do trabalho familiar da pequena e média produção agrícola, pecuária, florestal, pesqueira e agroindustrial, bem como suas respectivas formas associativas (SANTA CATARINA, 1992).

A lei define em seu art. 29º que o Estado estabelecerá políticas e programas de financiamento voltados às atividades rurais, constantes nos planos anual e Plurianual, cujas prioridades serão definidas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (SANTA CATARINA, 1992, art. 29).

O plano plurianual de 2012-2015 do Governo do Estado de Santa Catarina tem como objetivo o desenvolvimento econômico do Estado, e melhorias nas condições sociais de sua população, caminhando rumo ao fim das disparidades socioeconômicas existentes.

Para alcançar esses objetivos o plano projeta sua atuação em seis eixos de desenvolvimento. O eixo dois, relacionado ao empreendedorismo, que trata sobre diversas áreas de resultado, é aonde se encontra a questão da agricultura e pesca. Os projetos direcionados ao segmento da agricultura familiar estão voltados:

[...] às áreas de fomento à produção, pesquisa, assistência técnica, apoio à comercialização, formação dos produtores rurais e incentivos técnicos e financeiros para agregação de valor aos produtos agropecuários. Deverão atender as principais cadeias produtivas existentes e potenciais, apoiando e acompanhando as ações para garantir e ampliar a renda dos agricultores (SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEF; DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - DIOR, 2011).

Desta forma, também existem várias políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Estadual de Santa Catarina para fomentar a agricultura familiar do Estado, tais como: Programa SC Rural; Programa Terra Boa; Programa de Fomento à Produção Agropecuária; Programa Jovem Rural - Nas Asas Da Inclusão Digital; Programa Juro Zero Agricultura/Piscicultura; entre outros.

4 | DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF (DAP)

Conforme o MDA & SAF (2014), a DAP é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as unidades familiares de produção rural e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, dando ao agricultor a possibilidade de acessar às inúmeras políticas públicas e/ou ser beneficiário de ações governamentais dirigidas ao setor.

É um documento voluntário e declaratório, partindo da vontade das unidades familiares. Emitido segundo a renda bruta anual, as atividades exploradas pela unidade familiar e a forma que estas tiveram acesso a terra. É documento obrigatório para que os agricultores familiares consigam acessar as políticas públicas disponíveis a eles, tanto em nível federal como estadual.

Segundo o Manual do Crédito Rural - MCR, podem obter a DAP, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, aquicultores, silvicultores, extrativistas, integrantes de comunidades quilombolas rurais, povos indígenas, e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, dentre outros critérios constantes no MCR 10-2-1-“a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” (BRASIL - MCR, 2015).

A DAP é emitida por agentes credenciados pelo MDA e elaborada para a unidade familiar, formada por todos os membros da família que compõem o estabelecimento rural e explorem as mesmas áreas de terra (BRASIL - MCR 10-2-5-“a” e “b”, 2015).

No Município de Lauro Müller quem realiza a emissão da DAP é a instituição estadual oficial de assistência técnica e extensão rural, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), através do escritório municipal.

Segundo pesquisa realizada no sistema de emissão de extrato de DAP do MDA em 13 de outubro de 2015, o Município de Lauro Müller possui um total de 481 DAPs (pessoa física), dentre estas 291 são DAPs ativas, e 190 desativadas (MDA; SAF, 2015). E um total de 3 DAPs (pessoa jurídica), todas ativas (MDA; SAF, 2015).

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades do posto de atendimento instalado no município de Lauro Müller começaram em agosto de 2008. Com o desenvolvimento das atividades, buscaram-se novos associados, priorizando os agricultores familiares, com a ideia de fomentar as políticas públicas (PRONAF) realização de visitas às propriedades e produção de material de divulgação direcionado a este público.

Cabe destacar que a criação da CRESOL no município foi influenciada por diversos fatores, especialmente a dificuldade dos agricultores no acesso ao crédito rural (PRONAF), principalmente para as pequenas propriedades. O sistema de cooperativa de crédito do sistema CRESOL, na sua constituição, tem como prioridade atender os pequenos produtores rurais, fomentando as atividades rurais.

É uma instituição que aproxima o rural às linhas de crédito governamentais de baixo custo. A estratégia de implantação no município alcançou os resultados planejados, isso pode ser observado com relação ao número de 1206 ativos associados, na qual desde sua fundação em agosto de 2008 a dezembro 2015, o número de associados já representava cerca de 8% da população de Lauro Müller/SC.

A cooperativa de crédito é regida por uma série de princípios, sendo um deles a

associação livre. Compõem o quadro de associados da cooperativa pessoas físicas e jurídicas, sendo que algumas não desenvolvem atividades rurais no município. Na CRESOL de Lauro Müller/SC, aproximadamente 50% dos associados são proprietários rurais que visualizaram a CRESOL como uma instituição capaz de atender às suas demandas, como acesso a políticas públicas financiando seus investimentos.

Com a utilização das distintas políticas públicas os agricultores têm a oportunidade de realizar diversas melhorias em suas propriedades, promovendo o aumento de sua produção, produtividade e renda, capacitando, otimizando e humanizando a mão de obra, melhorando as técnicas de manejo, estimulando a agregação de valor aos produtos, incitando a preservação do meio ambiente, entre outros. Nesse sentido, as famílias são estimuladas a permanecerem no meio rural, tendo em vista a melhoria em sua renda e qualidade de vida.

Conforme pesquisa realizada por Mattei (2005), resultados analisados sobre conjunto de indicadores produtivos sugere a existência de uma relação entre o sistema de financiamento e a evolução das quantidades produzidas nos municípios, demonstrando a importância das políticas de estímulo à produção.

Em seu estudo, Mattei (2005) também destaca que, com o aumento da produção agropecuária, observada nos municípios mais tomadores de crédito via Pronaf, observam-se outros efeitos positivos, especialmente sobre o emprego total nas localidades e sobre nível de arrecadação própria de cada município.

Ainda segundo o autor, os municípios mais tomadores de crédito via Pronaf, tiveram expansão do seu Produto Interno Bruto (PIB), dados estes que, segundo o mesmo, evidenciam o efeito positivo do uso desta política sobre a produção agropecuária de base familiar, o qual está sendo transmitido para o conjunto da economia local (MATTEI, 2005).

Os benefícios do acesso a estas políticas pelos agricultores familiares refletem na dinâmica econômica territorial: Os recursos monetários oriundos dessas políticas proporcionam uma injeção de liquidez considerável para impulsionar as relações internas de mercado (POLÍTICAS públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial, entre 2008 e 2010, p.2).

Logo, com o investimento em melhorias nas propriedades, aumento de produção e renda das famílias rurais, ocorre um incremento na dinâmica do mercado regional, principalmente dentro do Município. O agricultor produz mais, vende mais, têm valor agregado em seu produto, garante maior renda, passando a ter maior poder aquisitivo, podendo então, comprar mais. Ocasionalmente uma maior movimentação do comércio local e aumento da receita municipal, conforme o estudo feito com base da coleta de dado no posto de atendimento da cresol do município de Lauro Müller/SC, os resultados estão representados abaixo pelos gráficos expostos.

Pronaf Investimento Convencional

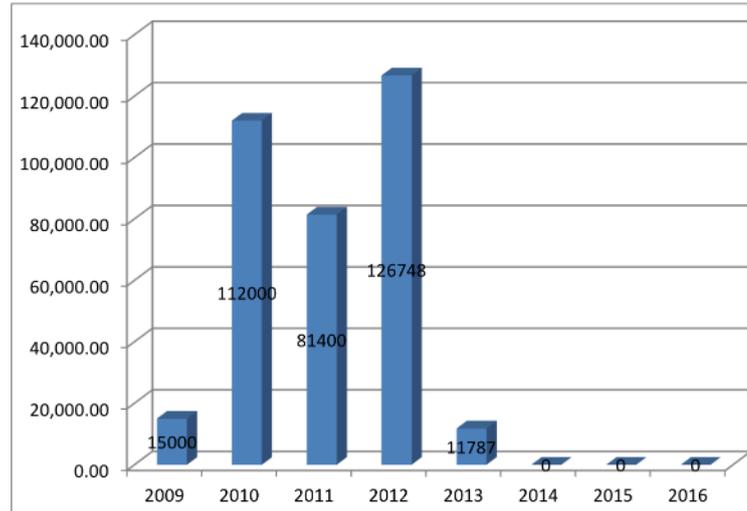


Gráfico 1: Pronaf Investimentos

Fonte: CRESOL, (2016)

Os créditos de investimento convencional (PRONAF) se destinam a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando a elevação da renda da família produtora rural.

Os créditos de investimento estão restritos ao financiamento de itens diretamente relacionados com a implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção, de armazenagem, de transporte ou de serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, sendo passível de financiamento, ainda, a aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para melhoria da gestão dos empreendimentos rurais, de acordo com projetos técnicos específicos.

Pronaf Mais Alimentos

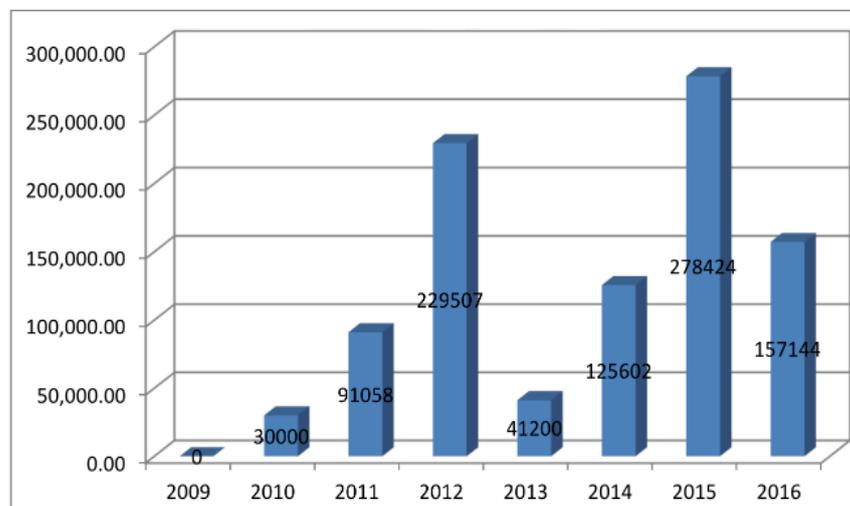


Gráfico 2: Pronaf Alimentos

Fonte: CRESOL, (2016)

O Pronaf Mais Alimentos destina recursos para investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade familiar e, assim, cria as condições necessárias para o aumento da produção e da produtividade.

- Formação e recuperação de pastagens, capineiras e demais espécies forrageiras, produção e conservação de forragem, silagem e feno destinados à alimentação animal;

- Implantação, ampliação e reforma de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água, inclusive aquisição e instalação de reservatórios d'água, infraestrutura elétrica e equipamentos para a irrigação;

- Aquisição e instalação de estruturas de cultivo protegido, inclusive os equipamentos de automação para esses cultivos;

- Construção de silos, ampliação e construção de armazéns destinados à guarda de grãos, frutas, tubérculos, bulbos, hortaliças e fibras; e

- Aquisição de tanques de resfriamento de leite e ordenhadeiras.

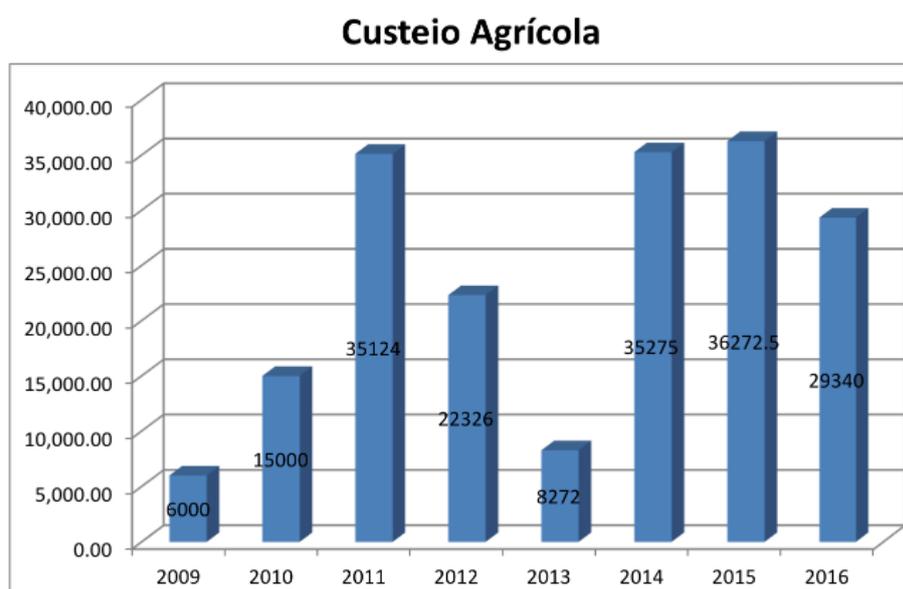


Gráfico 3 – Custeio Agrícola

Fonte: CRESOL, (2016)

O custeio agrícola financia o pagamento das despesas com o preparo do solo, plantio, adubação, tratos culturais e colheita, e possibilita que o agricultor e sua família façam lavouras bem conduzidas, consigam maior produtividade e obtenham maior renda.

Além disso, ao contratar o custeio agrícola do Pronaf, o agricultor familiar tem acesso ao Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) e ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). O acesso é automático nas culturas amparadas por esses programas.

Custeio Pecuário

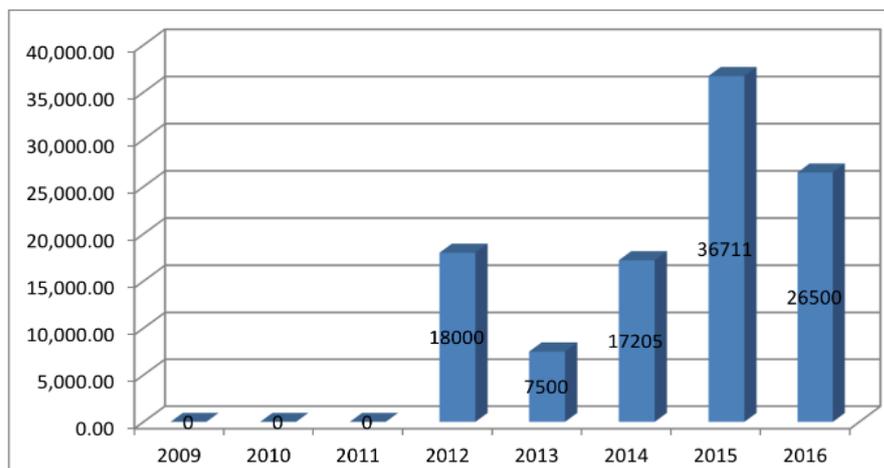


Gráfico 4 – Pronaf Alimentos

Fonte: CRESOL, (2016)

São financiáveis os itens de custeio diretamente relacionados com a atividade pecuária desenvolvida, com, aquisições de leitões, limpeza e restauração de pastagens, fenação, silagem e formação de forragens periódicas de ciclo não superior a dois anos, para consumo de rebanho próprio; medicamentos, vacinas, antiparasitários, sais minerais, vitaminas e outros defensivos fundamentais para a preservação da sanidade dos rebanhos, elevação da produtividade e melhoria dos padrões dos produtos, etc., tudo que for relacionado a pecuária.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, levantado no posto de atendimento da cresol de Lauro Müller, analisa que diversas atividades onde são distribuídos os recursos das políticas públicas (PRONAF) desenvolvidas pelos governos federal e estadual disponíveis aos agricultores familiares do Município de Lauro Müller/SC, são de fundamental importância para os desenvolvimento da agricultura no município.

Pode-se observar que, nos gráfico tem uma diferença considerável de mês a mês de ano a ano e de gráfico a gráfico. Toda esta diferença entre os intervalos se da por vario fatores que muitas vezes não são fornecidos pelos colaboradores do posto da cresol, porém, muitas destas políticas não são viabilizadas, há pouca adesão, deixando assim de favorecer e beneficiar diversas unidades familiares.

Quanto às formas de acesso, enfatizou-se que primeiramente o agricultor familiar deve possuir a DAP e em seguida procurar o auxilio das entidades responsáveis por cada política no Município. Tendo em vista que os benefícios obtidos com a utilização destas políticas pelos agricultores refletem em todo o Município.

Diante do exposto, constata-se relevância no presente trabalho, pois além de apontarmos as principais políticas públicas e a quantia de recurso disponibilizado aos

agricultores familiares no Município pelo posto da cresol, demonstramos que algumas destas não são viabilizadas pelos mesmos, e elencamos possíveis causas para que as mesmas não sejam acessadas por eles.

Sendo estas o não enquadramento; a falta de necessidade; a falta de informação e divulgação; a falta de interesse a insegurança por parte do produtor; a falta de sincronia entre as entidades que trabalham no Município com as políticas e a burocracia excessiva. Desta forma, a partir deste trabalho abrem-se possibilidade para que sejam lançadas estratégias para modificar este fato.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. [S.l.], 2007. Disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20conceito%20de%20agricultura%20familiar%20%20lara%20Altafin%20%202007_0.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

ANJOS, Flavio Sacco dos; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda; GOMES, Mário Conill. **Agricultura familiar e políticas** públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grando do Sul. Brasília, 2004.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL; **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar – PAA: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa! [S.l.], 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf> Acesso em: 20 ago. 2015.

BELINOVSKI, A C. **Política de assistência social**: Avanços e possibilidades no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Telêmaco Borba/PR. Curitiba, 2013.

BERNI, D. Á. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. **Atualização nº 598. Manual do Crédito Rural**. Brasília: Banco Central do Brasil. 2015. P. 478. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/Manual/MCR.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2015.

_____. **Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5996.htm>. Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. Desenvolvimento sustentável com redução de desigualdades. In: **Balanço de governo 2003|2010**. v. 2. Brasília, 2010. Disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.2_Agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 01 Jun. 2015.

_____. a. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 01 Jun. 2015.

b. **Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 01 Jun. 2015.

CRESOL. **Cresol Central**. Disponível em: <<http://www.cresolcentral.com.br/a-cresol-central>>. Acesso em: 01 out. 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEL GROSSI, M E; MARQUES, V P M A de. **Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação**. Estudos sociedade e agricultura, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 127-157, 2010. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/322/318>>. Acesso em: 01 Jun. 2015.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Programa terra boa**. [S.l.], [2015]. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/agricultura-e-pesca/programa-terra-boa>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

Relatório semestral programa SC Rural. Florianópolis: Governo de Santa Catarina, 2015. p. 87. Disponível em: <http://www.scrural.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/06/Relat%C3%B3rio_1%C2%BAsemestre_2015_vers%C3%A3o2.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

GOVERNO DE SANTA CATARINA; EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Programa Fomento à Produção Agropecuária**. [S.l.]: EPAGRI, 2014.

_. **Políticas** públicas estaduais: Programa Juro Zero Agricultura/Piscicultura. [S.l.]: EPAGRI, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO Lauro Müller In Relatórios para Brasil **Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios**. [S.l.]: INCRA; MDA, 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/acompanhe-a%C3%A7%C3%B5es-do-mda-e-incra>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf**: análise de indicadores. Brasília: MDA; NEAD, 2005. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204229-74145-It_Impactos_do_Pronaf_An-2889335.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. **Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina**. Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sesoes_tematicas/Economia%20rural%20e%20agricultura%20familiar/Novo%20retrato%20da%20agricultura%20familiar%20em%20Santa%20Catarina.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/documents/80223/205365/ren_2014_6_lauro_v2.pdf/72b45117-194f-4a4b-8b1d-58b1f893af40>. Acesso em: 01 jun. 2015.

MENEGUIN, F B.; FREITAS, I V B de. **Por que avaliar políticas públicas?** 2013. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/wp-content/uploads/2013/03/por-que-avaliar-politicas-publicas.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO; DIRETORIA DE AÇÕES EDUCACIONAL; COORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. **Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE**: Ano exercício 2014. [S.l.], [entre 2014 e 2015].

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Assistência Técnica e Extensão Rural**. [S.l.] [entre 2005 e 2015]. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-de-extens%C3%A3o-rural>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_. **PAA**. [S.l.], [entre 2003 e 2015]. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_. **Sobre o programa.** [S.l.], [entre 2003 e 2015]. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/sobre-o-programa>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. **Resolução nº 42, de 13 de abril de 2004.** Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Manual do agente emissor de Declaração de Aptidão ao Pronaf.** Brasília: MDA; SAF, 2014.

_. **Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar PGPAF.** [S.l.], [entre 2010 e 2015]. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Citricultura/26RO/App_PG_PAF.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_. **Lista de DAP do Município Lauro Muller/SC.** [S.l.]: MDA; SAF; PRONAF, 2015. Disponível em <<http://smap14.mda.gov.br/extratopf/ExibeExtrato.aspx?ID1=%2b9g2IA8K6AdLX4fhH&ID2=.8TZW8TpL4eHk&ID3=.4eHi&ID4=%2bA7vR4fRQ/>>. Acesso em: 13 out. 2015.

_. **Sistema Extrato DAP Pessoa Jurídica.** [S.l.]: MDA; SAF, 2015. Disponível em: <<http://smap14.mda.gov.br/extratopj/ExtratoDAP/ExtratoDAP.aspx#>>. Acesso em: 13 out. 2015.

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J G; VIEIRA, J E R Filho; NAVARRO, Z. (Org.). **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas.** Brasília: Ipea, 2010. p. 185-209. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/139>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

POLÍTICAS públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. In: Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, 1. 2010, [Natal]. Anais... [S.l.: s.n.], [entre 2008 e 2010], p. 1-19. Disponível em: <<http://cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos%20GTS%20-%20recebidos%20em%20PDF/Pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas,%20agricultura%20familiar%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

PROGRAMA **nacional de habitação rural PNHR.** [S.l.], [entre 2009 e 2015]. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/cartilha_pnhr_2.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

RUA, Maria Graças; AGUIAR, Alessandra T. “A política industrial no Brasil 1985-1992: Políticos, Burocratas e interesses Organizados no Processo de Policy- Making” IN **Planejamento e políticas públicas.** 1995.

SANTA CATARINA. **Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1992.** Florianópolis, 1992. Disponível em: <http://server03.pge.sc.gov.br/legislacaoestadual/1992/008676_011-0-1992-000.htm>. Acesso em: 01 Jun. 2015.

SCHMIDT, João Pedro. Para entender as políticas públicas: Aspectos conceituais e metodológicos. In **Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos.** EDUNISC, 2008.

SCHRÖDER, M. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: inovações institucionais a partir do Pronaf. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 34., 2010, [Caxambu]. Seminários temáticos... [S.l.]: ANPOCS, 2010, p. 1-29. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1538&Itemid=350>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA. **Programa da Secretaria da Agricultura entrega kits de informática a jovens de São Joaquim.** [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://sc.gov.br/mais-sobre-agricultura-e-pesca/programa-da-secretaria-da-agricultura-entrega-kits-de-informatica-a-jovens-de-sao-joaquim>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA; DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO. **Plano Plurianual 2012–2015**: Estado de Santa Catarina - O Contexto Socioeconômico e as Estratégias de Desenvolvimento. Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/sites/default/files/O%20Contexto%20Socioecon%C3%B4mico%20-%20PPA%202012-2015.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local na transformação da realidade**. Bahia, 2002.

VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

SOBRE O ORGANIZADOR

GUSTAVO BISCAIA DE LACERDA é Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2010), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2004) e Bacharel em Ciências Sociais pela UFPR (2001); entre 2012 e 2013 realizou estágio pós-doutoral em Teoria Política na UFSC. Desde 2004 é Sociólogo da UFPR. Suas principais áreas de atuação consistem em teoria política republicana; história das idéias; história política brasileira; pensamento político brasileiro; positivismo; políticas públicas e gestão universitária. Acesso ao currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7429958414421167>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia financeira 1

C

Cargos de liderança 200

Cidadania 30, 41, 70, 124, 165, 231, 232, 253, 259, 260, 348, 380, 397, 411, 416, 418, 430

Condicionamento 1

Consumo 287, 299

Criança e adolescente 375

D

Demandas Sociais 380, 404

Democracia 29, 123, 261, 322, 328, 334, 352, 392, 418

Desenvolvimento Socioeconômico 126

Direitos Humanos 6, 31, 43, 50, 51, 55, 65, 66, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 177, 229, 230, 231, 254, 257, 260, 261, 264, 300, 305, 315, 320, 329, 374, 379, 416

Drogas 300, 302, 303, 305, 307, 309

E

Educação 25, 26, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 79, 80, 81, 125, 138, 177, 180, 181, 185, 186, 189, 199, 218, 219, 220, 227, 228, 229, 231, 232, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 269, 281, 311, 314, 316, 317, 320, 379, 416

F

Federalismo 1, 3, 5, 12

G

Gênero 190, 218, 219, 220, 222, 230, 231, 379

H

Humanização 311, 349, 350

I

Identidade 182, 220, 230, 231

Integridade Física e Psíquica 232, 234, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280,

281, 282, 283, 284, 285

L

legitimidade 10, 21, 32, 302, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 362, 364

M

Meio ambiente 335

Mercado de trabalho 190, 205

Mulheres 41, 76, 199, 200, 203, 206, 211, 218, 232, 253, 255, 259, 260, 369, 379

P

Pobreza 126, 136, 137, 153

Política Pública Protetiva 253, 254, 255, 256, 257, 259, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285

Política Social 13, 124

Proteção Animal 232

R

Responsabilidade Socioambiental 335, 341, 342

S

SUS 9, 309, 310, 349, 350, 351, 352

Sustentabilidade 335, 347, 348

V

Violência Humana 232

Violência sexual 365

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-528-0

